



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2013
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	À DISTÂNCIA
-------------	-------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE MINEIROS
------------------------	------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/04/2012 A 31/03/2013
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	JUIZ ALDON DO VALES ALVES TAGLIALEGNA
-------------	---------------------------------------

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.446
2	Processos remanescentes do período anterior	517
3	Processos resolvidos	1.327
4	Produção	68%
5	Processos pendentes de julgamento	639
6	Processos de Execução remanescentes do período anterior	361
7	Execuções iniciadas	314
8	Processos recebidos na fase de execução	3
9	Execuções encerradas	166
10	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	455
11	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	2
12	Execuções no arquivo provisório	38
13	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	100
14	Total de execuções (soma dos itens 10, 11, 12 e 13)	595
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	TOTAL
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	194
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	231
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	TOTAL
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	130
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	111
20	Número de processos recebidos no período anterior	1.560
21	Número de processos recebidos no período correicionado	1.446
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	-7%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	463
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	595
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	28,51%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juizes que atuam na unidade

Juiz Titular	ROSANE GOMES DE MENEZES LEITE
Juiz Auxiliar	RUI BARBOSA DE CARVALHO SANTOS
Juiz Substituto	

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo					

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	51
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	78
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	44
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	55

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	34
Ordinário	44

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	474,25
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	59
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	0
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	50

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	55,17
---	-------

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	34
Ordinário	42

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular		
Juiz Auxiliar (se houver)	X	X
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	19
---	----

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	22
Sentença na fase executória	79
Embargos de declaração	16

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
000017-68.2013.5.18.0191	13/03/13	62	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0001733-67.2012.5.18.0191	13/03/13	62	RUI BARBOSA DE CARVALHO
001593-33.2012.5.18.0191	04/04/13	40	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000026-30.2013.5.18.0191	03/04/13	41	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0001433-08.2012.5.18.0191	20/03/13	55	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0001442-67.2012.5.18.0191	03/04/13	41	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0001708-54.2012.5.18.0191	03/04/13	41	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000067-31.2012.5.18.0191	20/03/13	55	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000138-33.2012.5.18.0191	28/02/13	75	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000582-66.2012.5.18.0191	26/03/13	49	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000583-51.2012.5.18.0191	11/03/13	64	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000656-23.2012.5.18.0191	28/02/13	75	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000515-04.2012.5.18.0191	12/03/13	63	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000781-88.2012.5.18.0191	23/04/13	21	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0001621-98.2012.5.18.0191	18/04/13	26	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000038-44.2013.5.18.0191	17/04/13	27	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000033-22.2013.5.18.0191	17/04/13	27	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000032-37.2013.5.18.0191	17/04/13	27	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000557-87.2011.5.18.0191	17/04/13	27	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0000086-03.2013.5.18.0191	19/04/13	25	RUI BARBOSA DE CARVALHO
0001634-34.2011.5.18.0191	10/04/13	34	FABIANO COELHO DE SOUZA
0001715-80.2011.5.18.0191	19/04/13	25	FABIANO COELHO DE SOUZA
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			22

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	81
Ordinário (segundo diretriz da Administração - 70 dias)	152

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	29%	

2.9 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	28%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	70%

2.10 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Alciane Margarida de Carvalho	04/12	0	1	0	110	0	0	0
	05/12	0	10	67	80	0	0	0
	06/12	0	13	101	74	0	0	0
	07/12	0	0	0	0	1	0	0
	09/12	0	0	0	0	8	0	0
	10/12	0	0	0	0	2	0	0
	TOTAIS	0	24	28	44	11	0	0
Ari Pedro Lorenzetti	12/12	0	1	0	0	11	9	0
	01/13	0	1	0	0	0	6	0
	03/13	0	0	0	0	1	1	0
	TOTAIS	0	2	0	0	12	16	0
Carlos Alberto Begalles	06/12	0	1	0	0	0	0	0
	07/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	2	0	0	0	0	0
Eduardo do Nascimento	03/13	87	13	0	4	0	0	0
	TOTAIS	87	13	0	4	0	0	0
Fabiano Coelho de Souza	04/12	76	28	19	26	5	0	0
	05/12	3	31	45	39	20	0	0
	06/12	186	54	29	52	3	0	0
	07/12	167	37	10	21	14	14	0
	08/12	0	5	13	12	7	2	0
	09/12	47	8	0	128	12	12	0
	10/12	0	32	44	94	0	0	0
	11/12	0	55	102	105	5	0	0
	01/13	0	29	81	116	2	0	0
	02/13	0	5	0	16	3	0	0
	03/13	0	2	0	164	12	0	0
	TOTAIS	479	286	31	70	83	28	0
Maria das Graças Gonçalves Oliveira	09/12	130	62	1	2	0	3	0
	10/12	137	68	1	3	2	1	0
	11/12	89	3	39	0	0	5	0
	12/12	0	3	42	45	0	0	0
	01/13	0	2	0	56	17	0	0
	02/13	0	0	0	0	2	0	0
	03/13	0	0	0	0	3	0	0
	TOTAIS	356	138	12	15	24	9	0
Narayana Teixeira Hannas	05/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Osmar Pedroso	04/12	86	53	2	3	0	1	0
	05/12	0	10	19	20	2	0	0
	06/12	0	0	0	0	14	0	0
	07/12	0	1	0	0	9	0	0
	09/12	0	0	0	0	1	0	0
	10/12	0	0	0	0	1	0	0
	02/13	0	0	0	0	1	0	0
	TOTAIS	86	64	3	3	28	1	0
Rosana Rabello Padovani Messias	11/12	30	0	0	0	0	0	0
	12/12	45	0	0	0	0	0	0
	TOTAIS	75	0	0	0	0	0	0
Rui Barbosa de Carvalho Santos	05/12	146	18	11	7	0	3	0
	06/12	0	12	15	2	0	0	0
	07/12	0	15	0	21	0	0	0
	08/12	0	0	0	0	5	0	0
	09/12	0	1	0	2	1	0	0
	01/13	105	6	0	0	0	5	0
	02/13	281	34	22	15	0	9	0
	03/13	165	68	28	24	1	7	0
	TOTAIS	697	154	10	9	7	24	0
Viviane Silva Borges	05/12	0	1	0	54	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	54	0	0	0
Virgilina Severino dos Santos	07/12	53	4	0	0	0	0	0
	08/12	219	41	14	18	0	0	0
	09/12	0	2	0	0	0	0	0
	10/12	0	96	48	42	0	0	0
	11/12	0	17	52	51	0	0	0
	12/12	0	4	0	58	25	0	0
	01/13	0	0	0	0	1	0	0
	02/13	0	0	0	0	2	0	0
	03/13	0	1	0	0	5	0	0
	TOTAIS	272	165	13	19	33	0	0
Whatmann Barbosa Iglesias	04/12	89	11	2	0	0	0	0
	05/12	90	44	1	2	7	2	0
	06/12	24	30	17	5	0	0	0
	07/12	45	12	5	3	3	1	0
	08/12	0	12	26	41	8	0	0
	09/12	0	2	0	48	2	0	0
	10/12	0	3	10	6	0	0	0
	12/12	0	2	84	120	0	0	0
	01/13	0	0	0	0	3	0	0
	TOTAIS	248	116	16	25	23	3	0

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
PAULO CÉSAR SOUZA DOS SANTOS	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
RENATO DE OLIVEIRA REZENDE	SUBDIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
MÔNICA DE AQUINO SANTIAGO OLIVEIRA	-	EFETIVO
TEÓFILO RODRIGUES BARBALHO	-	EFETIVO
LEONARDO CHRISTIANO MELO	ASSISTENTE DE JUIZ	EFETIVO
LAÍS CAMPOS MENDONÇA	ASSISTENTE	CEDIDA MUNICIPAL
VIVIANE ALMEIDA NOGUEIRA RESENDE	ASSISTENTE	CEDIDA MUNICIPAL
ELIANE COSTA DA SILVA RESENDE	ASSISTENTE	CEDIDA MUNICIPAL
ELISÂNGELA CABRAL BORGES	ASSISTENTE	CEDIDA MUNICIPAL
LEILANY MOREIRA OLIVEIRA	-	MENOR-APRENDIZ
YASMIN MOTA ALVES MACHADO PEREIRA	-	ESTAGIÁRIA
AMANDA SOUZA NUNES	-	ESTAGIÁRIA
KARLA MIKAELA SILVA	-	ESTAGIÁRIA

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	11
Notebooks	1
Impressoras	3
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	13
Atualização de cálculos	6
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	3

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xicaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da integra dos processos, quando da implantação do processo digital?	X		
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		SEMANALMENTE
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?	X		
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	X		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?		X	
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		Entretanto, não consta da última folha dos autos o Termo de Remessa contendo rol de feriados, o rito e o nome do magistrado prolator da sentença nos termos do art. 128 do PGC.
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?	X		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC		X	Parcialmente atendido.
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?	X		Em 10.05.2013 constavam 164 processos com último andamento AQCC.
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.	X		A reunião não importa na extinção dos processos reunidos.
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)		X	
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		X	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

5.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG			
INCRA	X		
JUCEG			
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
5.1 a adoção de medidas para redução do prazo médio para designação de audiências nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo, que se encontra em 26 dias, em desacordo com o artigo 852-B, III, da CLT, reduzindo-o para o limite legal de 15 dias, de sorte a garantir a celeridade da entrega da prestação jurisdicional;		X	
5.2 a adequação do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo, que se encontra em 39 dias, em desacordo com o artigo 852-H, parágrafo 7º, da CLT. A Desembargadora-Corregedora em exercício acredita que o cumprimento da recomendação anterior contribuirá significativamente para o atendimento desta recomendação;		X	
5.3 a adequação do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos feitos submetidos ao rito ordinário à média apurada entre as varas do trabalho com movimentação processual similar a esta unidade jurisdicional, que é de 80 dias, tendo em vista que, atualmente, a média da unidade encontra-se em 104 dias;		X	
5.4 a prolação de sentenças nos 74 processos listados no item 2.6.5 do Relatório da Correição, que se encontram aguardando julgamento com prazo muito acima do limite legal, no prazo improrrogável de 90 dias, contados a partir da publicação desta ata;	X		
5.5 que a secretaria adote, em todos os processos, digitais ou físicos, as determinações constantes da Resolução Administrativa nº 81/2008, que trata da gestão documental na 18ª Região da Justiça do Trabalho, indicando a inexistência de pendências, cuidando para a correta classificação dos autos e documentos quando de seu arquivamento definitivo, inclusive a classificação da modalidade de guarda dos autos, se intermediária ou permanente, indicando os respectivos prazos de guarda, conforme a tabela de temporalidade aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 67/2010, e nos termos do artigo 329 do PGC;	X		
5.6 que a secretaria atente para a correta nomenclatura dos atos processuais disponibilizados pelo sistema assinador/publicador na rede mundial de computadores, conforme disposição do artigo 55, parágrafo 1º, do PGC, e do artigo 18, inciso V, alínea h, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - CPCGJT, visando municiar as partes e seus procuradores de dados mais precisos acerca dos processos de seu interesse, notadamente, em razão da adoção do processo digital no âmbito da 18ª Região da Justiça do Trabalho;	X		

5.7 o correto lançamento, no sistema informatizado, dos valores relativos aos levantamentos de créditos trabalhistas, das custas e dos recolhimentos fiscais e previdenciários, nos termos dos artigos 164 e 171 do PGC e do artigo 18, inciso V, alínea h, do Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do trabalho - CPGJT, objetivando a necessária fidelidade dos dados estatísticos divulgados à sociedade pelo Tribunal;		X	Atendido parcialmente.
5.8 a observância da determinação contida no artigo 52 do PGC, quanto à necessidade de se registrar os nomes dos advogados das partes, quando comparecem às audiências e juntarem procuração nos autos;	X		
5.9 a observância pela secretaria do disposto no artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 6.830/80, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de citação e de intimação, nas ações de execução fiscal, o número das CDA's;	X		
5.10 a regularização dos andamentos processuais informados no Relatório da Correição - Constatações - itens 14 e 15, visando refletir a realidade da tramitação processual e assegurar a fidelidade das informações no banco de dados, acessíveis tanto por meio dos programas informatizados quanto pela rede mundial de computadores;	X		
5.11 a utilização dos convênios DETRANNET, INFOJUD, INFOSEG e INCRA, independentemente de requerimento da parte, além dos demais convênios já utilizados pela unidade para impulsionar as execuções;		X	Atendido parcialmente.
5.12 a observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, no sentido de intimar o Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas em processos em que figura como parte pessoa idosa ou menor;	X		
5.13 que a secretaria dê prosseguimento nos feitos que se encontram com data-limite vencida, constantes dos relatórios do módulo de gerenciamento de processos do SAJ (BIRÓ), conforme apurado no Relatório da Correição no item 6.2; e	X		
5.14 que a unidade passe a adotar o procedimento previsto na Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT, de 28 de outubro de 2011, noticiada através do Ofício-Circular TRT 18ª Região GP/SGP nº 01/2012, no sentido de proceder ao encaminhamento de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria-Geral Federal e para o Tribunal Superior do Trabalho, nos endereços eletrônicos pfgo.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, respectivamente. A Desembargadora Corregedora em exercício sugeriu, ainda, que os Excelentíssimos Juizes atuantes nesta Vara insiram nas sentenças, quando for o caso, determinação à secretaria para a adoção das medidas cabíveis.	X		

6.2 - Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇOU NO SAJ os valores decorrentes dos acordos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 1400-18.2012; 1399-33.2012; 1350-89.2012; 1148-15.2012; 1090-12.2012)
2	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZA corretamente o Check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos:1255-59.2012; 1350-89.2012;1371-65.2012;1399-33.2012;1400-18.2012;1412-32.2012; 1470-32.2012)
3	Nos processos a seguir relacionados com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE O ARTIGO 81 do PGC, uma vez que NÃO CONSTAM do texto das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 100-21.2012, 146-10.2012, 940-31.2012, 785-28.2012, 484-81.2012, 598-20.2012, 1849-10.2011 e 606-94.2012).
4	Nos processos a seguir relacionados com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO PROFERIU SENTENÇAS LÍQUIDAS (processos: 100-21.2012, 146-10.2012, 940-31.2012, 785-28.2012, 484-81.2012, 598-20.2012, 1849-10.2011 e 606-94.2012).
5	Nos processos a seguir relacionados com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OS OFÍCIOS DETERMINADOS NA SENTENÇA (processos: 484-81.2012,1849-10.2011, 753-23.2012, 1586-75.2011, 1432-57.2011 e 1354-63.2011).
6	No processo a seguir relacionado com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 86 do PGC, ao determinar a expedição de ofício ao INSS, bem como determinar o encaminhamento, via e-mail, à Procuradoria Geral Federal cópia das sentenças, nos casos em que haja reconhecimento de conduta culposa do empregador nas ações que tiverem por objeto acidente de trabalho (processo: 1354-63.2011) .
7	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se que são CUMPRIDOS os artigos 76 e 81 do PGC nos acordos homologados pela Vara do Trabalho, contendo as respectivas atas homologatórias as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 927-32.2012, 984-50.2012, 1357-81.2012 e 899-64.2012)
8	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se a UTILIZAÇÃO DE CONTA PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: 927-32.2012, 984-50.2012, 1357-81.2012 e 899-64.2012)
9	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OFÍCIO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: 984-50.2012, 899-64.2012 e 1385-49.2012).
10	Nos processos a seguir relacionados em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara LANÇA no SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo pagos mediante conta particular, cumprindo o disposto no artigo 163, § 1º do PGC (processos: 927-32.2012, 984-50.2012 e 1385-49.2012).
11	Ao verificar os andamentos dos processos no SAJ, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que a Secretaria da Vara procede ao lançamento dos códigos com regularidade, atentando aos prazos. Não foi detectada, portanto, uma quantidade significativa de casos de possíveis irregularidades procedimentais.
12	Em 10/05/2013, através do módulo de gerenciamento de processos - Birô, FOI DECTADO número significativo de processos com data limite vencida, nas pastas "Confecção de Documentos", "Prazo" e "Pendências para o Diretor".
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de dois meses (processos: 888-69.2011, 169-24.2010, 758-16.2010, 723-22.2011 e 210-20.2012);
14	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPensa", indicando o motivo, conforme determinação do Juízo, em desconformidade com o disposto no Ofício Circular nº 11/2012/TRT18-SCR. O andamento utilizado pela Secretaria é "PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR DECISÃO JUDICIAL" (processos: 888-69.2011, 169-24.2010, 758-16.2010 e 210-20.2012).
15	Nos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho arquiva provisoriamente os autos, após esaurimento do prazo de suspensão, mediante despacho fundamentado, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente, nos termos do artigo 40, § 2º e 4º da Lei 6830/80 e do artigo 161 do PGC (processos:888-69.2011, 169-24.2010, 758-16.2010, 723-22.2011 e 210-20.2012)
16	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução fiscal, constatou-se que, nos casos de processos recebidos da Justiça Comum, a Vara do Trabalho CUMPRE o artigo 186, inciso II do PGC ao intimar as partes, noticiando o recebimento dos autos, o seu número antigo e o seu número novo atribuído pela Justiça do Trabalho (processos: 697-58.2010; 698-43.2010; 700-13.2010; 699-28.2010)
17	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 175 do PGC e na Portaria do Ministério da Fazenda nº 435/2011 ao dispensar a intimação da União acerca da conta de liquidação, em razão do valor apurado (processos: 751-53.2012, 1035-61.2012 e 523-78.2012).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara recolhe a contribuição previdenciária conforme o procedimento previsto no § 4º e 5º do artigo 177 do PGC, nos casos em que o executado deposita o valor total da execução em conta judicial (processos: 48-25.2012 e 1035-61.2012)
19	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ o andamento "EXECUÇÃO INICIADA" logo após a liquidação dos cálculos (processos: 751-53.2012, 1035-61.2012 e 523-78.2012)
20	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que o procedimento adotado pela Vara do Trabalho na execução é o previsto no artigo 475-J do CPC, citando o executado, via diário de justiça eletrônico, a pagar no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (processos: 192-96.2012, 753-23.2012, 1586-75.2011, 1432-57.2011, 849-72.2011 e 380-89.2012)
21	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD e RENAJUD e expedição de mandado de penhora e avaliação, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC (processos:192-96.2012, 753-23.2012, 1586-75.2011, 1432-57.2011, 849-72.2011 e 380-89.2012)
22	Nos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: 1740-93.2011 e 1397-97-2011)
23	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que as decisões proferidas pela Vara do Trabalho que determinam a desconconsideração da personalidade jurídica não são fundamentadas, descumprindo o disposto no artigo 18, inciso V, alínea "g" da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 1740-93.2011 e 1397-97-2011)
24	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO LIBERA IMEDIATAMENTE o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, descumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 146-10.2012 e 940-31.2012)
25	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que os editais de praça e leilão confeccionados pela Vara do Trabalho NÃO OBSERVAM O PRAZO LEGAL DE 20 DIAS s entre a publicação do edital de Praça e Leilão e a realização da Hasta Pública , descumprindo o disposto no artigo 686 do CPC e no artigo 888 da CLT (processos: 433-07.2011 e 849-72.2011)
26	Nos processos a seguir relacionados em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança o andamento no SAJ "EXECUÇÃO INICIADA" logo após a liquidação dos cálculos (processos: 192-96.2012, 753-23.2012, 1586-75.2011, 1432-57.2011, 849-72.2011 e 380-89.2012).
27	Nos processos a seguir relacionados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, constatou-se que a Vara INTIMA o MPT das audiências iniciais designadas, sentenças e acordos homologados, em cumprimento ao art. 346 do PGC (Processos: 703-94.2012; 1067-66.2012; 1480-79.2012; 1614-09.2012; 63-57.2013;
28	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO CUMPRE o disposto no artigo 128 do PGC, uma vez que não consta da última folha dos autos o Termo de remessa contendo rol de feriados, indicação do rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença (processos: 1230-46.2012; 1152-52.2012; 1126-54.2012; 1105-78.2012; 1062-44.2012; 982-80.2012)
29	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇOU NO SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 982-80.2012;1152-52.2012;)
30	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos:1230-46.2012; 1152-52.2012; 1126-54.2012; 1105-78.2012; 1062-44.2012; 982-80.2012)
31	Analisados os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 45 (quarenta e cinco) dias para julgamento de incidentes na fase de conhecimento e 19 (dezenove) dias para julgamento de incidentes na fase de execução;
32	Verificou-se que no Processo 484-81.2012, os embargos à execução foram opostos em 28/03/2013 e somente em 06/05/2013 a parte contrária foi intimada para impugnar os embargos.
33	No processo 1405-40.2012 a Vara lançou o andamento QJED em 17/01/2013. A petição de embargos foi protocolizada em 11/12/2012 e a decisão dos embargos foi publicada em 19/03/2013.
34	Constatou-se ainda que pendem de solução os incidentes opostos nos processos 1430-53/2012 e 1447-89/2012, há 17 e 52 dias, respectivamente.